UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE

# Informe de Política Exterior Brasileira
# Nº 679
# 17/10/2021 a 23/10/2021[1]

unesp

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca.

**Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.**

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

**Coordenação**: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Lívia Peres Milani.

**Equipe de revisão**: Profa. Dra. Lívia Peres Milani, Prof. Guilherme Paul Berdu, Arthur de Freitas, Heitor Torres Vieira, Larissa Aguiar Albuquerque, Mariah Luiza dos Anjos, Samuel Davis Domingues, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

**Equipe de redação**: Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillardi, Heitor Torres Vieira, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Mariah Luiza dos Anjos, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

[1] Nos dias 18 e 23 de outubro não houve notícias de política exterior brasileira.
*O podcast do OPEx "Diálogos de Política Exterior" já teve seu primeiro episódio lançado!

**Brasil recebeu Fórum Mundial de Microeconomia**

No dia 18 de outubro, em Belém, iniciou-se o Fórum Mundial De Bioeconomia. A iniciativa do Fórum é tornar governos, empresas e entidades mais participativos em torno do tema. Foi a primeira vez que o evento ocorreu fora da sede, na Finlândia, e o Brasil o recebeu devido a relevância do fluxo econômico gerado pela bioeconomia no país. Esteve presente no evento, o vice-presidente Hamilton Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal (Folha de S. Paulo – On-line - Mercado – 17/10/2021).

**Ministra da agricultura enviou carta para autoridade chinesa**

Por meio de carta, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, colocou-se à disposição do ministro-chefe da Administração Geral de Alfândegas da China de ir ao país tratar a respeito da retirada da suspensão de vendas de carne bovina aos chineses. Segundo nota oficial da pasta agrícola brasileira, a ministra ainda aguarda resposta da autoridade chinesa. As exportações de carne bovina foram suspensas no dia 04 de setembro em respeito a um protocolo firmado entre ambos os países, que determina o curso de ações no caso da doença Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB). Ainda, a ministra afirmou que acredita no fim da interdição chinesa à importação da carne brasileira nos próximos dias. No entanto, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) apontou que essa questão não se refere ao Ministério da Agricultura, já que o governo chinês acha dispensável conversar com a ministra, mas sim uma questão relacionada ao desgaste diplomático causado pelas declarações controversas do presidente Bolsonaro (sem partido) (Folha de S. Paulo - On-line - Ásia - 19/10/2021; Folha de S. Paulo - On-line - Colunas & Blogs - 23/10/2021).

**Bolsonaro e Iván Duque se encontraram no Palácio do Planalto**

No dia 19 de outubro, em Brasília, o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), encontrou-se com o seu homólogo colombiano, Iván Duque, e informou que ele manifestou interesse em renovar a frota de aviões militares de seu país com aeronaves da Embraer. Bolsonaro ainda afirmou que é uma questão importante de cooperação transfronteiriça e de segurança, alegando que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) é algo que preocupa tanto o Brasil quanto o país vizinho, além de assegurar que ambos os Estados possuem uma boa relação. Duque, por sua vez, destacou a cooperação com o Brasil na área de Defesa e informou que os dois governos assinaram um acordo de cooperação no setor de aeronáutica e que espera que as empresas de seu país sejam incluídas nas cadeias de produção de peças de aeronaves juntamente com a Embraer (Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 19/10/2021).

**Bolsonaro e Iván Duque afirmaram que trabalharão em conjunto na COP 26**

No dia 19 de outubro, por meio de encontro, o presidente Jair Bolsonaro e o seu homólogo colombiano, Iván Duque, afirmaram que ambos os países devem trabalhar em conjunto na Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-26). Bolsonaro, em pronunciamento após a reunião, alegou que os países se unirão no encontro da ONU para tratar a respeito da Amazônia. Duque, por sua vez, defendeu que o território amazônico é muito valioso, que os dois governos cuidam dela dentro de sua própria soberania e que a cooperação é bastante importante para combater crimes ambientais. Por fim, o presidente colombiano ainda afirmou que ambos os países tratarão não apenas de questões energéticas e de redução de emissões, mas também buscarão alcançar neutralidade de carbono e fazê-la como uma proteção dos bosques tropicais e da Amazônia (Folha de S. Paulo - On-line - Ambiente - 19/10/2021; Folha de S. Paulo - Impresso - Ambiente - 20/10/2021).

**Brasil criticou relatório da ONU para conferência sobre mudanças climáticas**

Por meio de mensagens ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o Brasil se opôs a algumas recomendações feitas pelo órgão em debates travados durante a elaboração de seu sexto relatório de avaliação. A saber, o país se colocou pontualmente contra a redução do consumo de carnes em território nacional, tendo obtido apoio da Argentina e do Uruguai, depois da conclusão do relatório de que o aumento da quantidade de alimentos feitos com plantas seria necessário para conter a mudança do clima. Segundo o IPCC, o desmatamento da Amazônia e do Cerrado tem como principal fim pastagens e plantações de soja para alimentar rebanhos, mas esse mesmo argumento foi contraposto pelo governo brasileiro ao alegar que a produção de carne não produz necessariamente mais gases causadores do efeito estufa do que a produção de alimentos feitos de plantas. Além disso, outro ponto de divergência entre o Brasil e o IPCC foi a produção de biocombustíveis que, segundo o órgão mundial, pressiona a terra e os ecossistemas. Por fim, houve discordância com relação ao tratamento brasileiro para com a Amazônia, o qual também foi questionado pelo Canadá, todavia, o governo brasileiro defendeu a criação do Conselho da Amazônia, com o objetivo de proteger as florestas brasileiras (Folha de S. Paulo - On-line - Ambiente - 21/10/2021).

**Governo Bolsonaro excluiu expansão de áreas verdes protegidas em atualização de lei**

Por meio de minuta finalizada de um projeto de lei, o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) excluiu a previsão de expansão de áreas verdes legalmente protegidas, revogando assim a lei de 2009 que instituiu a política do governo brasileiro para mudanças climáticas. Pela lei vigente, a Política Nacional sobre Mudanças do Clima deve visar alguns objetivos, como o reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas e a consolidação e expansão de espaços legalmente protegidos. Em contrapartida, a atualização da lei pelo presidente da República fez com que esse último propósito fosse deixado de lado, de modo a endossar o discurso do mandatário, favorável à extensão de novas áreas para agropecuária e mineração, o que foi também demonstrado pela posição contrária de Bolsonaro à demarcação de novas terras indígenas. A lei de 2009 estabeleceu uma redução de quase 40% nas emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2020, sendo que a nova proposta prevê a neutralidade até 2050, sem estabelecer escalonamentos para esse fim ou para zerar o desmatamento ilegal até 2030 (Folha de S. Paulo - On-line - Ambiente - 21/10/2021).

**MRE afirmou desconhecer a decisão dos EUA de deportar brasileiros em território americano ao Haiti**

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou a um veículo de imprensa que desconhecia a decisão dos americanos de remeter menores brasileiros ao país caribenho, diante da situação de crianças brasileiras sendo deportadas dos Estados Unidos (EUA) ao Haiti. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), mais de 80 crianças de nacionalidade brasileira foram deportadas nas últimas semanas pelos EUA ao Haiti, em meio às milhares de expulsões que o governo Biden promoveu após a chegada em massa de haitianos à fronteira. O defensor público da União, João Chaves, especialista em migração, alegou como fundamental que o Brasil intensifique o trabalho consular para que essas crianças não sofram deportação indevida e que, se forem expulsas dos Estados Unidos, sejam enviadas ao Brasil, não ao Haiti. No Ministério das Relações Exteriores, esse assunto já ganhou prioridade e as famílias brasileiras que possuem a documentação correta deverão começar a retornar ao país em até dez dias. Todavia, falta ao Itamaraty determinar como será feito o custeio do retorno, tendo em vista que o Brasil pode bancar os custos da viagem dos menores brasileiros, mas não de seus pais haitianos e, para isso, o MRE poderá buscar auxílio internacional, como da própria OIM (Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 21/10/2021).

**Embaixador do Brasil nos EUA defendeu o país do ataque de democratas norte-americanos**

O embaixador do Brasil em Washington, Nestor Forster, fez um questionamento formal à carta enviada na semana passada pelo deputado democrata Hank Johnson ao presidente Joe Biden, a qual pedia ao governo americano um recuo nas relações com o Brasil até a eleição de um líder mais alinhado a valores democráticos e direitos humanos. Em mensagem enviada a Johnson, Forster afirmou que a missiva dos parlamentares possui informações equivocadas, distorcidas e falsas sobre o país que exigem ratificações, e buscou desconstruir as queixas feitas pelo democrata. A carta do deputado democrata e colegas de seu partido cita supostas violações aos direitos humanos, ataques à democracia e ao meio ambiente por parte do governo brasileiro, além de alguns pedidos ao presidente dos Estados Unidos, como a anulação da designação de aliado preferencial extra-Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), concedida ao Brasil durante o governo de Donald Trump, a retirada da oferta de apoio para o país se tornar um sócio global da Otan e a revisão de outros programas de cooperação entre as duas nações. Além disso, foi citado também o apoio de Bolsonaro à contestação da vitória de Biden no pleito americano de 2020, e o envolvimento do filho do mandatário brasileiro, Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), em atividades ligadas à negação do resultado das eleições norte-americanas. Em oposição, o embaixador Forster alegou que a carta é uma representação da dificuldade dos parlamentares em lidar com as diferenças políticas e com os fatos, defendeu o presidente contra o que chamou de declarações fora do contexto e disse que o Brasil segue comprometido com a melhoria dos indicadores ambientais e de vacinação da população contra a Covid-19 (Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 21/10/2021).

**Governadores da Amazônia pediram apoio da União para obtenção de financiamento florestal internacional**

No dia 21 de outubro, em reunião entre os governadores que compõem o Consórcio da Amazônia Legal e o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, foi oficializado o pedido para a entrada do grupo na Coalizão Reduzindo Emissões pela Aceleração do Financiamento Florestal (Leaf). A Leaf corresponde a uma instituição americana sem fins lucrativos que atua como uma coalizão global voluntária e reúne empresas e governos para o fornecimento de financiamento voltado à conservação de florestas tropicais e subtropicais, tendo como base metas voltadas ao enfrentamento da mudança climática. A expectativa é de que o apoio federal traga mais credibilidade em relação aos mecanismos internacionais de financiamento, além de ser estratégico demonstrar uma coalizão do Brasil na Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-26), segundo o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB-PA). Além disso, dados do Instituto Imazon mostram que o ritmo de desmatamento segue acelerado na Amazônia, o que faz com que o país brasileiro precise apresentar ações mais efetivas para proteger a floresta durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Estado de S. Paulo - Sustentabilidade - 21/10/2021).

**Bolsonaro solicitou nomeação de Crivella como embaixador ao presidente da África do Sul**

No dia 7 de outubro, em Brasília, por meio de uma ligação telefônica, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) solicitou ao seu homólogo da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para que o nome de Marcelo Crivella (Republicanos), ex-prefeito do Rio de Janeiro e bispo da Igreja Universal, fosse aceito como embaixador do Brasil em Pretória. Porém, Ramaphosa não garantiu a aceitação, dizendo que a decisão caberia ao Ministério das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul. A Igreja Universal do Reino de Deus passa por uma crise no continente africano e a nomeação, apoiada por Bolsonaro e que espera resposta há mais de 4 meses, é vista como tentativa de agradar os interesses da organização, que é motivo de atrito entre os governos (Folha de S. Paulo – Mundo – On-line – 22/10/2021).

**Organizações denunciam Brasil na CIDH por violar direitos de ativistas ambientais**

No dia 22 de outubro, por meio de audiência pública em evento virtual, treze organizações não governamentais (ONGs) brasileiras denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) políticas e práticas do governo Bolsonaro. A denúncia realizada no 181º período de audiências públicas da CIDH, que se iniciou no dia 18 de outubro e vai até o dia 29, refere-se ao desmonte da política ambiental, à omissão ao combate de crimes, aos discursos racistas de Bolsonaro e ao aumento do risco a defensores ambientais no Brasil. Dentre as ONGs, estão a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Plataforma Dhesca. Elas relembram casos relevantes para a denúncia e apontam que as políticas atuais aumentam a perseguição e criminalização de ativistas por agentes do Estado. Representantes do governo afirmaram na audiência que reconhecem e valorizam a contribuição dos ativistas (Folha de S. Paulo – On-line– Mundo – 22/10/2021).